



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



019

<b>DESAFORAMENTO Nº 0182734-5</b>	
<b>COMARCA:</b>	Vara Única de ITAMBÉ
<b>REQUERENTE:</b>	Ministério Público de Pernambuco
<b>REQUERIDO:</b>	<b>JOÃO FRANCO ALVES</b>
<b>PROCURADOR:</b>	Ricardo Lapenda Figueiroa
<b>RELATOR:</b>	Des. Nivaldo Mulatinho Filho
<b>REVISORA:</b>	Des <sup>a</sup> . Alderita Ramos de Oliveira

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. DESAFORAMENTO REQUERIDO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. DÚVIDAS QUANTO À IMPARCIALIDADE DOS JURADOS. OCORRÊNCIA. INFLUÊNCIA DO ACUSADO SOBRE A POPULAÇÃO LOCAL. CONCORDÂNCIA DO MAGISTRADO "A QUO" COM PEDIDO. RELEVÂNCIA. DEFERIMENTO DO PEDIDO. DECISÃO UNÂNIME.

I - O pedido de desaforamento deve contar com a anuência do Juiz de Direito, autoridade judiciária conhecedora das particularidades que cercam o julgamento, e mais ainda, se acerrar das medidas acautelatórias em face da soberania do Júri.

II - Presente fundado receio quanto à imparcialidade do Júri defere-se o desaforamento, nos termos do art. 427 do CPP, para julgamento na Comarca do Recife.

III - Procedência do pedido. Decisão unânime.

## ACÓRDÃO

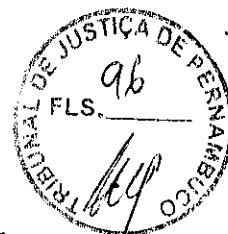
Vistos, relatados e discutidos o presente pedido de **DESAFORAMENTO nº 0182734-5**, no qual figura como parte **JOÃO FRANCO ALVES**. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade, em dar provimento** ao pedido, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 27 de 01 de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal



DESAFORAMENTO Nº 0182734-5		020
COMARCA:	Vara Única de ITAMBÉ	
REQUERENTE:	Ministério Público de Pernambuco	
REQUERIDO:	JOÃO FRANCO ALVES	
PROCURADOR:	Ricardo Lapenda Figueiroa	
RELATOR:	Des. Nivaldo Mulatinho Filho	
REVISORA:	Des <sup>a</sup> . Alderita Ramos de Oliveira	

## RELATÓRIO

Trata-se de pedido de **desaforamento do julgamento da Ação Penal nº 221.2005.000072-9**, requerido pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO**, que tem como pronunciado **JOÃO FRANCO ALVES**, vulgo "João Vigia" ou "Joãozinho da Vila", por violação ao artigo 121, parágrafo 2º, incisos I, do Código Penal, pelo homicídio praticado contra a vítima Levi de Santana Santos.

Constam da Denúncia (fls. 16/19) que no dia 06.12.2005, em uma estrada que dá acesso ao Engenho Guabiraba, neste município, mais precisamente dentro do canavial, foi encontrado o corpo do adolescente LEVI DE SANTANA SANTOS, com dois disparos de arma de fogo.

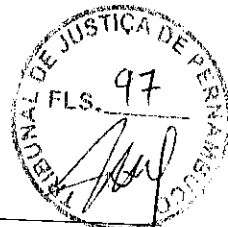
Que o crime de homicídio qualificado contra a vítima foi perpetrado pelo acusado, com características de execução sumária. A vítima era um adolescente em conflito com a lei, que foi exterminado porque perpetrava pequenos furtos e como tal recebeu o veredicto que deveria morrer e o acusado seria seu algoz.

O Ministério Público às fls. 02/10, alega em suas Razões de Recurso, dúvidas quanto à imparcialidade do júri, pleiteando o desaforamento do seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Exu para a Comarca do Recife.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

021



A Defesa de **JOÃO FRANCO ALVES** às fls. 75/77 apresenta Contra-Razões ao pedido de Desaforamento, discordando dos argumentos suscitados pelo Ministério Público.

A Juíza da Vara Única da Comarca de Itambé prestou informações independentemente de pedido às fls. 69/73, aduzindo existir a necessidade de desaforar o júri por restar dúvidas quanto à imparcialidade dos jurados.

Procuradoria de Justiça às fls. 90/93, na pessoa do douto Procurador de Justiça convocado, Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa, opinou pelo deferimento do desaforamento.

É o relatório.

À douta Revisão.

Recife/PE, 13 de junho de 2010.

  
**Des. Nivaldo Mulatinho Filho**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho*  
Terceira Câmara Criminal

022



<b>DESAFORAMENTO Nº 0182734-5</b>	
<b>COMARCA:</b>	Vara Única de ITAMBÉ
<b>REQUERENTE:</b>	Ministério Público de Pernambuco
<b>REQUERIDO:</b>	JOÃO FRANCO ALVES
<b>PROCURADOR:</b>	Ricardo Lapenda Figueiroa
<b>RELATOR:</b>	Des. Nivaldo Mulatinho Filho
<b>REVISORA:</b>	Des <sup>a</sup> . Alderita Ramos de Oliveira

### **VOTO DO RELATOR**

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO** formulou pedido de **desaforamento** (fls. 02/10) nos autos da ação penal nº **221.2005.000072-9**, alegando em seu arrazoadado dúvida quanto à imparcialidade do Júri, pleiteando ainda nos termos do art. 427 do CPP o desaforamento do seu julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de ITAMBÉ para a Comarca do RECIFE.

Consta da Denúncia (fls. 16/19) que no dia 06.12.2005, em uma estrada que dá acesso ao Engenho Guabiraba, neste município, mais precisamente dentro do canavial, foi encontrado o corpo do adolescente LEVI DE SANTANA SANTOS, com dois disparos de arma de fogo.

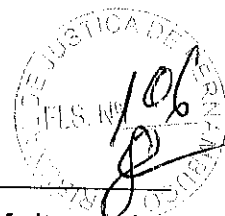
Que o crime de homicídio qualificado contra a vítima foi perpetrado pelo acusado, com características de execução sumária. A vítima era um adolescente em conflito com a lei, que foi exterminado porque perpetrava pequenos furtos e como tal recebeu o veredicto que deveria morrer e o acusado seria seu algoz.

O Ministério Público às fls. 02/10, ampara seu argumento ao fato de que ocorra legitimamente o julgamento, alegando a total impossibilidade de o acusado ser julgado pelos jurados da cidade ou comarcas circunvizinhas, diante notória imparcialidade dos jurados em decorrência da conduta violenta e brutal exercida pelo acusado e seu grupo na região, matando pessoas à luz do dia, ficando seus atos impunes por vários anos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

023



Para a Defesa, o pedido de desaforamento feito pela Promotoria de Justiça, "(...) além de prejudicar a defesa do réu que é inocente, prejudicará também na demora do julgamento, pois não houve, a pedido do réu, o recurso em sentido estrito, justamente para que houvesse com maior celeridade o julgamento pelo Tribunal do Júri e agora com o pedido de desaforamento retardará o ato processual tão esperado, além dos transtornos advindos desta desarticulação, haverá gastos desnecessários para os cofres do Estado. Sendo assim, requer que o julgamento seja em Itambé, já em março ocasião em que estão marcados outros julgamentos de crimes desta natureza" (fls. 75/77).

Passo a analisar o pedido de desaforamento.

Acerca da questionada imparcialidade dos jurados, causa determinante do desaforamento, destaco as informações prestadas pelo togado monocrático, como elemento capaz de demonstrar a sua necessidade, *in verbis* (fls. 69/73):

*"Analisando aos autos, verifico que assiste razão o órgão ministerial, porque o acusado, além deste processo de homicídio, já foi denunciado por um porte ilegal de arma, um roubo qualificado, e mais três processos por homicídio, todos com a prisão preventiva decretada por este Juízo.*

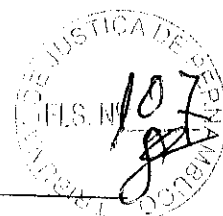
*O acusado é pessoa perigosa, que tem boa ligação na cidade de Itambé e circunvizinhança. Sempre exerceu a segurança de estabelecimentos comerciais da região portando arma de fogo. Ainda por cima, apesar de ser de conhecimento público que o acusado vivia andando armado pela cidade, nunca foi preso pela polícia por tal fato. Ao contrário, a sua prisão apenas ocorreu após ser designado o Delegado de Capturas para efetuar sua prisão com o uso do serviço de inteligência da polícia civil.*

*De fato, não há a mínima possibilidade de o acusado vir a ser julgado nesta cidade, onde impera a lei do silêncio e as pessoas temem por sua vida, deixando de falar sobre o que sabem. Tanto é assim que é muito difícil conseguir realizar a instrução dos processos contra João Vigia, porque ou as testemunhas não são localizadas ou nada sabem sobre o caso, quando é nítido que estão como medo de serem executadas".*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

024



Procuradoria de Justiça às fls. 90/93, na pessoa do douto Procurador de Justiça Convocado, Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa, opinou pelo deferimento do pedido de desaforamento por entender demonstrado a necessidade do deslocamento do julgamento da Ação Penal nº 221.2005.000072-9.

Afirmando à fl. 91, que:

*"(...) percebo que o mote principal para a apresentação do pedido de desaforamento em epígrafe concerne ao fato de o Requerido ser uma pessoa extremamente temida na cidade de Itambé, em virtude de chefiar, em tese, grupo de extermínio de pessoas que cometem pequenos delitos na localidade, podendo tal fato acarretar em prejuízo à imparcialidade dos membros do Conselho de Sentença responsável pelo julgamento daquele.*

*Nesse diapasão, percebe-se que a preocupação do Requerente com o pedido de desaforamento tem razão de ser, pois o magistrado 'a quo' foi demasiadamente enfático ao apontar a influência que o requerido exerce sobre as pessoas que habitam a cidade de Itambé, decorrente de suas práticas criminosas e a brutalidade e maldade inerentes a sua personalidade".*

Assim, verifico que há, no presente caso, fundado receio quanto ao comprometimento na isenção dos Juízes leigos, sobretudo diante da informação, do Juiz a quo, de que:

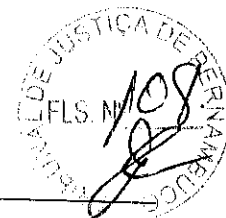
*"não há qualquer dúvida também que um Júri realizado nesta cidade de Itambé ou na vizinhança, vai significar a vitória da impunidade, pois aqui o réu estará em seu habitat natural e será mais fácil intimidar os jurados sem qualquer atitude, mas simplesmente por estar sendo julgado em Itambé um dos líderes de um grupo criminoso organizado para a prática de crimes com violência contra a pessoa" (fls. 70).*

Deve-se dar credibilidade à informação trazida pelo Magistrado de 1º Grau, para a apreciação do pedido de desaforamento, privilegiando-se o **princípio da confiança** no Juiz Presidente, que conhece os seus jurisdicionados, assim como os jurados, sendo, por esse motivo, o mais abalizado para conhecer sobre a existência de dúvida quanto à imparcialidade do Júri.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

025



A esse respeito, colige-se da jurisprudência:

*"Concede-se o desaforamento do julgamento, medida de caráter excepcional, quando confirmada pelas informações do juiz, elemento de convicção de grande relevância, a dúvida sobre a imparcialidade do júri" (TJRJ, RT595/325).*

Tem-se que o julgamento do réu em comarca diversa da do local do crime não afronta o princípio do juiz natural, albergado na atual Carta Política (art. 5º, inciso LIII), quando existe dúvida quanto à necessária isenção dos jurados, haja vista que a garantia da imparcialidade do julgamento é princípio basilar do Estado Democrático de Direito, sobrepondo-se à regra genérica de competência (art. 427, CPP).

Nesse sentido, já se posicionou este Colendo Tribunal de Justiça:

**"PROCESSUAL PENAL. TRIBUNAL DO JÚRI. CRIME DE HOMICÍDIO. DESAFORAMENTO. REPRESENTAÇÃO FORMULADA PELO JUIZ ALEGANDO FALTA DE CONDIÇÕES PARA QUE OS JURADOS EMITAM UM JULGAMENTO COM IMPARCIALIDADE. PRESENTE AS HIPÓTESES DO ART. 427, DO CPP. PRUDENTE É O DESLOCAMENTO DO JULGAMENTO DO RÉU PARA OUTRA COMARCA. PEDIDO DEFERIDO. DECISÃO UNÂNIME.**

1. Pedido de desaforamento promovido pelo juiz baseado em fatos concretos existentes nos autos.
2. Declarações dos jurados perante o Juiz-presidente do Tribunal do Júri acerca da amizade destes com as famílias do réu e da vítima justificam o desaforamento do júri pela ausência de imparcialidade dos jurados.
3. **Julgamento imparcial é uma garantia constitucional inerente ao Tribunal Popular. Se os fatos alegados contemplam os pressupostos do art. 427, do CPP, e, há fundado receio de imparcialidade, defere-se a representação, por conseguinte, o julgamento do réu desaforado". (TJPE, Desaforamento nº 172694-3, Rel. Marco Antônio Cabral Maggi, 4ª Cam. Criminal, j. 12/12/2008). (Destaquei).**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho  
Terceira Câmara Criminal

026



Tanto o antigo art. 424 do CPP quanto o atual art. 427, em vigor desde agosto de 2008, impõe o desaforamento para uma **Comarca próxima**. O art. 424 falava em "comarca ou termo próximo", e o vigente art. 427 pronuncia-se por "comarca da mesma região". Mas, não estamos diante de normas processuais estanques e absolutas. Como bem assinalou LUIZ FLÁVIO GOMES, dependendo das circunstâncias do caso concreto, o Tribunal poderá autorizar o desaforamento para Comarca mais distante, ou até mesmo para a Capital do Estado.

No caso concreto presente, não há o que se discutir sobre o assunto da proximidade do novo local de julgamento já que Itambé fica, apenas, a 86km do Recife, sendo a Comarca da Capital a mais adequada nos itens de segurança e imparcialidade do Conselho de Sentença, em face da sua estrutura.

Por todo o exposto, **defiro** o pedido de desaforamento e, via de consequência, desloco o julgamento pelo Tribunal do Júri, do distrito da culpa para uma das Varas Privativas do Recife, acolhendo o posicionamento do Ministério Público, do 1º e do 2º grau.

É como voto.

Recife, 27 de janeiro de 2010.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho  
Relator





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

43

**DESAFORAMENTO Nº 0182734-5**

COMARCA : Itambé – Vara Única  
REQUERENTE : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
REQUERIDO : João Franco Alves  
PROCURADOR : Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa  
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho  
REVISORA : Des. Alderita Ramos de Oliveira

**VOTO DE REVISÃO**

O representante do Ministério Público de 1º grau formulou pedido de desaforamento (fls. 02/10) relativamente à ação penal nº 221.2005.000072-9 a que responde o acusado **João Franco Alves**, vulgo “**João Vigia**” ou “**Joãozinho da Vila**”, sob a alegação de fundado risco de parcialidade dos jurados que compõem o Conselho de Sentença da Comarca de Itambé, tendo em vista a alta periculosidade do acusado, o qual é temido pela população por participar de grupo de extermínio, acusado de praticar diversos homicídios na região.

Pugna, o representante ministerial, preliminarmente, pela suspensão do processo em tela até o julgamento do presente feito.

Com as razões foram acostados os documentos de fls. 11/68.

Ao se pronunciar (fls. 75/77), a defesa do acusado, rechaçou os argumentos expendidos pela defesa, pugnando pelo indeferimento do pedido de desaforamento.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Ricardo Lapenda Figueiroa, opinou pela procedência do pedido.

Merece guarida o pedido do órgão ministerial.

Instada a se manifestar, a juíza processante, comungando com o entendimento ministerial, aquiesceu com o pedido de desaforamento, ao afirmar (fls. 69/73):



028

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*"(...) 04. Analisando aos autos, verifico que assiste razão o órgão ministerial, porque o acusado, além deste processo de homicídio, já foi denunciado por um porte ilegal de arma, um roubo qualificado, e mais três processos por homicídio, todos com a prisão preventiva decretada por este Juízo. 05. O acusado é pessoa perigosa, que tem boa ligação na cidade de Itambé, e circunvizinhança. Sempre exerceu a segurança de estabelecimentos comerciais da região portando arma de fogo. Ainda por cima, apesar de ser de conhecimento público que o acusado vivia andando armado pela cidade, nunca foi preso pela polícia por tal fato. Ao contrário, a sua prisão apenas ocorreu após ser designado o Delegado de Capturas para efetuar sua prisão com o uso do serviço de inteligência da polícia civil. 06. De fato, não há a mínima possibilidade do acusado vir a ser julgado nesta cidade, onde impera a lei do silêncio e as pessoas temem por sua vida, deixando de falar sobre o que sabem. Tanto é assim que é muito difícil conseguir realizar a instrução dos processos contra João Vigia, porque ou as testemunhas não são localizadas ou nada sabem sobre o caso, quando é nítido que estão com medo de serem executadas. 07. É de conhecimento de todos que o réu faz parte de um grupo de extermínio da região, sendo, inclusive, já condenado por crime de formação de quadrilha ou bando, e já tendo até cumprido pena. 08. Não há qualquer dúvida também que um Júri realizado nesta cidade de Itambé ou na vizinhança, vai significar a vitória da impunidade, pois aqui o réu estará em seu habitat natural e será mais fácil intimidar os jurados sem qualquer atitude, mas simplesmente por estar sendo julgado em Itambé um dos líderes de um grupo criminoso organizado para a prática de crimes com violência contra a pessoa. (...) A realização de Júri contra o réu nesta comarca representa quebra da ordem pública desta Comarca, por não apresentar suficiente segurança aos seus Jurisdicionados. (...)".*

Desse modo, é patente a existência de dúvidas veementes acerca da imparcialidade do corpo de jurados, afeiçoando-se a espécie à hipótese prevista no art. 427<sup>1</sup>, do Código de Processo Penal,

<sup>1</sup> **Art. 427** - Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do



029



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

o que reclama a modificação excepcional da competência territorial em comento.

Acerca do tema, imperioso destacar jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

*"(...) V. A manifestação do Juiz singular é de extrema importância no deslinde do desaforamento, pois, por estar inserido na comunidade onde ocorreu o crime, é capaz de averiguar, com maior precisão, o sentimento social que circunda o caso. Precedente. (...)".*

(HC 34.819/GO, Relator Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, julgado em 10.08.2004 e publicado no DJ de 06.09.2004, p. 281).

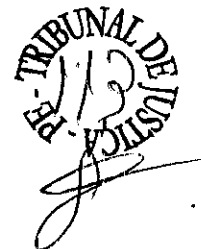
Ressalte-se que a concessão do pedido vindicado não afronta o princípio do juiz natural albergado na atual Carta Política (art. 5º, inciso LIII<sup>2</sup>), pois a regra disciplinadora da matéria em comento (art. 424, CPP), não fere a norma constitucional antes referida, como assentado na jurisprudência:

*STF: "Juiz natural do processo por crimes dolosos contra a vida é o Tribunal do Júri. Mas o local do julgamento pode variar, conforme as normas processuais, ou seja, conforme ocorre alguma das hipóteses de desaforamento previstas no art. 424, do CPP, que não são incompatíveis com a Constituição anterior nem com a atual (de 1988) e também não ensejam a formação de um tribunal de exceção" (RT 661/364). (MIRABETE, Julio Fabbrini, Código de Processo Penal Interpretado, 11ª ed., São Paulo: Ed. Atlas, 2003, p. 1146).*

Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.

<sup>2</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...)

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;



030

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

Ante o expendido, e em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça, defiro o pedido de desaforamento e, via de consequência, desloco o julgamento do réu **João Franco Alves**, vulgo "**João Vigia**" ou "**Joãozinho da Vila**", do distrito da culpa, para qualquer das Varas Privativas do Júri da Capital.

Recife, 27 de janeiro de 2010

  
**Desa. Alderita Ramos de Oliveira – Revisora**